



**FECOMERCIÁRIOS**  
Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO  
SINCOMERCIÁRIOS DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SINCOVAGA 2019/2020**

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO** CNPJ 67.156.406/0001-39 e carta sindical nº 24000.008702/92, entidade sindical de primeiro grau, com sede na Rua Campos Sales, nº 549, centro, São José do Rio Pardo – SP, Cep. 13.720-000, com Assembleia Geral Extraordinária Itinerante realizada na base territorial no período do dia 06 a 10 de agosto de 2018, filiado à **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - FECOMERCIÁRIOS**, entidade sindical de segundo grau, detentora da Carta Sindical – Processo MITC/DNT n.º 156.95/1942 e do CNPJ/MF n.º 61.669.313/0001-21, com sede na Rua dos Pinheiros, 20, Pinheiros – São Paulo – Capital – CEP – 05422-012, por ela neste ato representado através de seu Presidente, **Luiz Carlos Motta**, portador do CPF/MF nº 030.355.218-24, como representante da categoria laboral, e de outro, como representante da categoria laboral comerciária, de um lado, e de outro, o **SINCOVAGA – SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE MERCADOS, ARMAZENS, MERCEARIAS, EMPÓRIOS, MERCADINHOS, QUITANDAS, FRUTARIAS, SACOLÕES, LATICÍNIOS, MINIMERCADOS, SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS, ADEGAS, TABACARIAS, DOCEIRAS, LOJAS DE BEBIDAS, DE RAÇÃO ANIMAL, DE PRODUTOS NATURAIS, DIETÉTICOS, CONGELADOS E DELICATASSEM, E DE CONVENIÊNCIA, DO ESTADO DE SÃO PAULO** entidade sindical do primeiro grau, com base no município de São Paulo, sede à Rua 24 de Maio, nº 35, 13º Andar, Conjuntos 1312/1315, CEP 01041-001, São Paulo, SP, neste ato representado pelo seu Presidente, **Alvaro Luiz Bruzadin Furtado**, CPF nº 045.467.768-53, devidamente autorizado pela assembleia geral extraordinária realizada no sindicato patronal na Rua 24 de Maio, 35, 16º Andar, CEP 01041-003, na data de **15/08/2019** que aprovaram as reivindicações e concederam poderes para negociação, celebram **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** - (art. 611 e seguintes da CLT), (sempre considerando a atividade preponderante) - aplicável às empresas do comércio varejista de gêneros alimentícios, (2º Grupo – Comércio Varejista – Plano CNC – Artigo 577 CLT)”, compreendendo, na Divisão 47 do CNAE – “Comércio Varejista”, os subgrupos e classes que se seguem: 47.2. “Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo”; 47.23-7 “Comércio varejista de bebidas”; 47.21.1 – “Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes”; 4721-1/04 “Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes”; 4724-5/00 “Comércio varejista de hortifrutigranjeiros” 4721-1/03 “Comércio varejista de laticínios e frios” (leite e derivados, como manteiga, creme de leite, iogurtes e coalhadas, frios e carnes conservadas, conservas de frutas, legumes, verduras e similares); 4711-3/01 “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados”; 4721-1/00 “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns; 4711-3/02 “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados”- Área de venda de 300 a 5000 metros quadrados”; 4729-6/02 – “Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência”, comércio varejista em lojas especializadas de produtos alimentícios em geral, não antes especificados, como: produtos naturais e dietéticos, comidas congeladas, mel, café moído, sorvetes -, embalados em pote e similares, lojas de delicatessen”. 4789-0/04 – “comércio varejista de ração e outros produtos alimentícios para animais de estimação, abrangendo os municípios de CACONDE, CASA BRANCA,





**FECOMERCIÁRIOS**

Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



DIVINOLÂNDIA, ITOBI, MOCOCA, SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA, SÃO JOSÉ DO RIO PARDO E TAPIRATIBA, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**1 – REAJUSTE SALARIAL:** Os salários fixos ou a parte fixa dos salários mistos serão reajustados a partir de **01 de setembro de 2019** data-base da categoria profissional, mediante aplicação do percentual de **4,28%** (quatro por cento), incidente sobre os salários já reajustados em 01/09/2018.

**Parágrafo 1º:** As diferenças salariais referentes aos meses de setembro/19, outubro/19, novembro/19, dezembro/19, janeiro/19 e fevereiro/2020, horas extras, quebra de caixa, férias, dia do comerciário e 13º salário, deverão ser pagas em 03 (três) vezes na folha de pagamento do mês de março/2020, na folha de pagamento do mês abril/2020 e na folha de pagamento do mês de maio/2020.

**Parágrafo 2º:** Os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária serão recolhidos na mesma época do pagamento das diferenças salariais acima referidas.

**2 - REAJUSTAMENTO DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE 01/09/2018 ATÉ 31/08/2019:**

Para os empregados admitidos entre 01/09/2018 e 31/08/2019 fica assegurado um reajuste salarial proporcional, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

**3 – COMPENSAÇÃO:** Nos reajustamentos previstos nas cláusulas 1 será compensado, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pelas empresas no período compreendido entre 01/09/2018 à 31/08/2019 ou após sua vigência de 01/09/2018 até a presente data, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

**4 – PISOS SALARIAIS:** Ficam estipulados os seguintes pisos salariais, a vigor a partir de 01/09/2019, desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho e observando Art. 2º, 3º e 4º da Lei nº 12.790, de março de 2013:

a) comerciários.....R\$ 1.434,00  
(um mil e quatrocentos e trinta e quatro reais)

b) comerciários caixa .....R\$ 1.542,00  
(um mil e quinhentos e quarenta e dois reais)

c) comerciários faxineiro e copeiro .....R\$ 1.267,00  
(um mil e duzentos e sessenta e sete reais)

d) comerciários office boy e empacotador .....R\$ 1.045,00  
(um mil e quarenta e cinco reais)

**5 – REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL – REPIS:** Objetivando dar tratamento diferenciado e favorecido aos microempreendedores individuais (MEI's), as microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), assim definidas na Lei Complementar nº 123/06, que instituiu o





**FECOMERCIÁRIOS**

Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



SIMPLES NACIONAL e Lei Complementar nº 128/2008, fica instituído o Regime Especial de Piso Salarial – REPIS, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

**Parágrafo 1º** - Considera-se microempreendedor individual, para os efeitos desta cláusula, a pessoa jurídica que em cada ano-calendário aufera receita bruta (faturamento) igual ou inferior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

**Parágrafo 2º** - Considera-se microempresa, para os efeitos desta cláusula, a pessoa jurídica que em cada ano-calendário aufera receita bruta (faturamento) igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), enquanto que a empresa de pequeno porte é aquela com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**Parágrafo 3º** - Para aderirem ou renovarem a adesão anterior ao REPIS, as empresas enquadradas na forma do caput e parágrafo 1º desta cláusula deverão requerer a expedição de CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS, através do encaminhamento de solicitação, por meio eletrônico, no site do SINCOVAGA, [www.sincovaga.com.br](http://www.sincovaga.com.br) e no site do SINCOMERCIÁRIOS, [www.secriopardo.com.br](http://www.secriopardo.com.br), contendo as seguintes informações:

a) razão social; CNPJ; Capital Social registrado na JUCESP, exceto as MEI's, que deverá apresentar seu Contrato de Registro junto ao Portal SEBRAE; Código Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; endereço completo; identificação do sócio da empresa e do contabilista responsável;

b) declaração de que a receita auferida no ano-calendário vigente ou proporcional ao mês da declaração permite enquadrar a empresa como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) ou MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), no Regime Especial de Piso Salarial – REPIS 2019/2020;

c) compromisso e comprovação do cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho;

d) as empresas poderão, durante a vigência da presente Convenção, aderir ou renovar o REPIS.

**Parágrafo 4º** - Em atos homologatórios de rescisão de contrato de trabalho, deverão ser apresentados os Certificados do REPIS quer pelo Sindicato dos Empregados no Comércio, quer pela Justiça Federal do Trabalho, para comprovação do enquadramento salarial no REPIS.

**Parágrafo 5º** - A falsidade de declaração, uma vez constatada, ocasionará o desenquadramento da empresa do REPIS, sendo imputada à empresa requerente o pagamento de diferenças salariais existentes, bem como as demais cominações legais. Ainda fica estipulada uma multa no valor de R\$ 209,00 (duzentos e nove reais) para as empresas MEI, ME e EPP e o valor de R\$ 313,00 (trezentos e treze reais) para as demais empresas. Referida multa deverá ser paga na sede do Sincomercários, mediante recibo de pagamento devidamente assinado pelo presidente do Sincompar e pela presidente do Sincomercários, sendo que o valor total será dividido entre os Sindicatos da categoria profissional e econômica.





**FECOMERCIÁRIOS**

Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



**Parágrafo 6º** - Atendidos todos os requisitos, com o deferimento do Sincômercários, as empresas receberão da entidade sindical patronal, com validade coincidente com a presente norma coletiva, certificado de enquadramento no regime especial de piso salarial – **CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS**, que lhes facultará, a partir de 01/09/2019 até 31/08/2020, a prática de pisos salariais com valores diferenciados daqueles previstos na cláusula 4, conforme o caso, a saber, incluindo a garantia do comissionista, como segue:

- a) piso salarial de ingresso a partir de 01/09/2019 .....R\$ 1.127,00  
(um mil e cento e vinte sete reais)
- b) comerciários.....R\$ 1.316,00  
(um mil e trezentos e dezesseis reais)
- c) comerciários caixa .....R\$ 1.444,00  
(um mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais)
- d) comerciários faxineiro e copeiro .....R\$ 1.181,00  
(um mil e cento e oitenta e um reais)
- e) comerciários office boy e empacotador.....R\$ 1.045,00  
(um mil e quarenta e cinco reais)

**Parágrafo 7º:** O piso salarial de ingresso será devido aos novos contratados pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da contratação, após esse prazo deverão ser enquadrados nas funções de nível salarial superiores, acima especificadas, a critério da empresa, à exceção daquelas previstas na letra “e” (comerciários office boy e empacotador).

**Parágrafo 8º** - As empresas que protocolarem o formulário, a que se refere o parágrafo 2º desta cláusula poderão praticar os valores do REPIS 2019/2020 a partir da data do protocolo, ficando sujeitas ao deferimento do pleito. Em caso de indeferimento, deverão adotar os valores previstos na cláusula 4 com aplicação retroativa a 01 de setembro de 2019.

**6 – TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL** - Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais, respeitando o disposto no artigo 58-A da CLT.

**7 - INDENIZAÇÃO DE QUEBRA DE CAIXA:** Os comerciários que exercerem a função de caixa terão direito à indenização mensal, por “quebra de caixa”, no valor de **R\$ 71,00 (setenta e um reais)** a partir de 01 de setembro de 2019.

**Parágrafo 1º-** A conferência dos valores do caixa será sempre realizada na presença do respectivo operador e, se houver impedimento por parte da empresa, ficará aquele isento de qualquer responsabilidade.





**FECOMERCIÁRIOS**

Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



**Parágrafo 2º**- As empresas que não descontam de seus comerciários as eventuais diferenças de caixa não estão sujeitas ao pagamento da indenização por "quebra de caixa" prevista no caput desta cláusula.

**8 - MULTA:** Fica estipulada uma multa no valor de **109,00 (cento e nove reais)** a partir de 01 de setembro de 2019, por comerciário, pelo descumprimento das obrigações contidas no presente instrumento, a favor do prejudicado.

**Parágrafo único**- A multa prevista nesta cláusula não será cumulativa com as multas previstas nas cláusulas 08, 09 e 10.

**9- CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS COMERCIÁRIOS:** Os empregadores se obrigam a descontar em folha de pagamento e recolher de seus empregados, beneficiários da presente Convenção Coletiva de Trabalho, integrantes da categoria profissional, filiados ou não, a título de contribuição assistencial, o percentual de até 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) do salário mensal, limitado ao teto de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), por empregado, conforme aprovado na assembleia da entidade conveniente, que autorizaram a celebração da convenção coletiva de trabalho.

**Parágrafo 1º** – O desconto previsto nesta cláusula atende às determinações estabelecidas nos autos da Ação Civil Pública 0104300-10.2006.5.02.0038, da 38ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região transitada em julgado, bem como à decisão de REPERCUSSÃO GERAL proferida nos autos DO RECURSO EXTRAORDINARIO 730.462 – STF, 24/05/2014, segundo a qual superveniência de decisão do Supremo Tribunal não desconstitui a autoridade da coisa julgada.

**Parágrafo 2º** – A contribuição referida no caput será recebida pelo Sindicato da categoria profissional através de guia ou boleto bancário onde, obrigatoriamente, deverá informar o percentual.

**Parágrafo 3º** - A contribuição de que trata esta cláusula será descontada mensalmente na folha de pagamento, exceto nos meses que ocorrerem o desconto da contribuição sindical, devendo ser recolhida, a partir do mês de setembro de 2019, impreterivelmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto, exclusivamente em agência bancária constante da guia respectiva, em modelo padrão estabelecido pelo Sindicato ou na rede bancária, quando recolhida através de ficha de compensação (boleto) no modelo padrão estabelecido pelo banco conveniado pela Fecomerciantes. O Sindicato da categoria profissional se encarrega de encaminhar as guias ou boletos as empresas.

**Parágrafo 4º** - A contribuição assistencial não poderá ser recolhida diretamente nos caixas dos sindicatos da categoria profissional, sob pena de arcar a empresa com pagamento dobrado do valor devido à Fecomerciantes.

**Parágrafo 5º**- O modelo padrão da guia referida no parágrafo anterior deverá conter, obrigatoriamente, o valor que será recolhido na proporção de 80% (oitenta por cento) para o sindicato da categoria profissional e 20% (vinte por cento) à Fecomerciantes.





**FECOMERCIÁRIOS**

Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



**Parágrafo 6º** – As empresas, quando notificadas, deverão apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da contribuição assistencial, devidamente autenticadas, pela agência bancária, juntamente com livro ou fichas de registro de empregados.

**Parágrafo 7º** - O valor da contribuição assistencial revertêrã em prol dos serviços sociais da entidade sindical profissional beneficiãria e do custeio financeiro do Plano de Expansão Assistencial da Federaçãõ dos Empregados no Comẽrcio do Estado de Sãõ Paulo.

**Parágrafo 8º** - O recolhimento efetuado fora do prazo mencionado no parãgrafo 3º desta clausula serã acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias. Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, alẽm da multa de 2% (dois por cento), correrã juros de mora de 1% (um por cento) ao mẽs sobre o valor principal.

**Parágrafo 9º** - O desconto previsto nesta clausula fica condicionado a nãõ oposiçãõ do empregado, beneficiãrio da presente Convençãõ Coletiva de Trabalho, integrante da categoria profissional. A oposiçãõ, se for de vontade do empregado, serã manifestada por escrito, de prõprio punho e deverã ser entregue pessoalmente, com a apresentaçãõ de documento com fotografia, na sede ou subedes do sindicato profissional, em atẽ 15 (quinze) dias antes do pãgamento mensal do salãrio, sendo exercida apenas uma vez durante a vigẽncia da norma coletiva, e, a oposiçãõ apresentadã pelo empregado nãõ terã efeito retroativo para todos os efeitos. A manifestaçãõ pessoal do empregado tem a finalidade de informa-lo de todos os benefõcios oferecidos pelo Sindicato da categoria profissional, bem como, para que tome conhecimento do programa de aplicaçãõ dos valores arrecadados.

**Parágrafo 10º** – Caberã ao empregado, de posse do recibo de entrega da carta de oposiçãõ, comunicar seu empregador no prazo de 05 (cinco) dias uteis a contar do protocolo, para que o desconto deixe de ser efetuado.

**Parágrafo 11º** - Expirada a vigẽncia da norma serã necessãria nova carta de oposiçãõ.

**Parágrafo 12º** – A carta de oposiçãõ poderã ter retrataçãõ no decorrer da norma coletiva.

**Parágrafo 13º** - A oposiçãõ apresentada pelo empregado nãõ terã efeito retroativo para devoluçãõ de valores jã descontados.

**Parágrafo 14º** - Considerando a promulgaçãõ da Lei 13.467/2017, que trouxe a partir de Novembro/2017 as alterações relativas a legislaçãõ trabalhista, as partes acordantes firmam o compromisso de manterem negociaçãõ no que tange a eventuais alterações nas cobranças das contribuicões, podendo firmar um aditamento a presente Convençãõ Coletiva de Trabalho, que regulamentarã a nova realidade de contribuicões frente a alteraçãõ legislativa.

**10 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL:** Com previsãõ na alõnea "e" do artigo 513 da CLT, e da decisãõ, com efeito, "erga omnes" proferida na ADI 5794, pelo Egrẽgio Supremo Tribunal Federal, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinãria da categoria realizada no dia 15 de agosto de 2019, Contribuiçãõ Assistencial/Negocial. Em face do entendimento do E. STF, reconhecida a competẽncia da assembleia geral sobre a definiçãõ da contribuicãõ imposta a todos e quaisquer membros da categoria econõmica, independentemente de seu porte e



**FECOMERCÍARIOS**

Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



regime jurídico-fiscal, tendo em vista a prestação de relevante e fundamental serviço, fica instituída CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL a favor do SINCOVAGA, nos valores máximos, conforme a aprovada tabela, como segue:

**TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL 2020.**

	VALOR EM R\$
EMPRESAS COM ATÉ UM EMPREGADO	R\$ 100,00
EMPRESAS COM ATÉ 02 EMPREGADOS	R\$ 215,00
EMPRESAS COM ATÉ 05 EMPREGADOS	R\$ 450,00
EMPRESAS COM ATÉ 10 EMPREGADOS	R\$ 560,00
EMPRESAS COM ATÉ 20 EMPREGADOS	R\$ 730,00

**CNAE'S 4711-3/01; 4711-3/02 e 47121-1/00. AUTOSSERVIÇOS-SUPER E HIPERMERCADOS-SACOLÕES E CONGÊNERES**

Número total de empregados da empresa	Valor da Contribuição
De 01 até 30	R\$ 1.050,00
De 31 até 50	R\$ 1.200,00
De 51 até 100	R\$ 1.600,00
De 101 até 200	R\$ 4.000,00
De 201 até 300	R\$ 5.500,00
De 301 até 400	R\$ 7.000,00
De 401 até 500	R\$ 8.500,00
De 501 até 1000	R\$ 20.000,00
De 1001 até 2000	R\$ 22.500,00
De 2001 até 3000	R\$ 27.000,00
De 3001 até 4000	R\$ 32.500,00

**Parágrafo 1º** - Os recolhimentos deverão ser efetuados até o dia 10 de abril de 2020, através de:

FICHA DE COMPENSAÇÃO - Será remetida, por via postal, ficha de compensação da Contribuição Assistencial, que poderá ser paga em qualquer instituição financeira participante do Sistema de Compensação, até a data limite 30/04/2020.

Após a data de vencimento, até 30 (trinta) dias, pagável em qualquer banco do Sistema de Compensação; e,

Em caso do não recebimento, em tempo hábil, da ficha de compensação para pagamento, solicitar 2ª. Via através do tel. 11-3335-1100 ou 2229-6141.

**Parágrafo 2º** - O recolhimento efetuado fora dos prazos mencionados no parágrafo 1º será





**FE COMERCÍARIOS**  
Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



acrescido de multa de 2% (dois por cento) ao mês, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**Parágrafo 3º** - A Contribuição Assistencial/Negocial 2019 para empresas abertas a partir da celebração da norma terá, em até 30 dias da abertura da empresa, o envio à mesma pelo SINCOVAGA de ficha de compensação. Em não havendo o recebimento basta solicitar o envio de 2ª via, conforme previsto na letra "c" do parágrafo 2º.

**12 - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO:** A compensação de duração diária de trabalho, obedecidos aos preceitos legais, fica autorizada, atendidas as seguintes regras:

**Parágrafo 1º**- Manifestação de vontade, por escrito, por parte do empregado comercial, assistido o empregado comercial menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, no qual conste o horário normal de trabalho e o período compensável das horas excedentes, nos termos do parágrafo 2º do art. 59 da CLT.

**Parágrafo 2º**- Não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas acrescidas em um ou outro dia, desde que obedecidas as disposições dos §§ 2º e 3º, do art. 59 da CLT. As horas trabalhadas excedentes do horário previsto no referido dispositivo legal, ficarão sujeitas aos adicionais previstos na cláusula 35, sobre o valor da hora normal.

**Parágrafo 3º**- As regras constantes desta cláusula serão aplicáveis, no caso do empregado comercial menor, ao trabalho em horário diurno, isto é, até as 22h00min (vinte e duas horas), obedecido, porém, o disposto no inciso I do art 413 da CLT.

**Parágrafo 4º**- Obedecidos os dispositivos desta cláusula, as entidades signatárias da presente Convenção se obrigam a dar assistência sem ônus para as partes, salvo o da publicação de editais, nos acordos que venham a ser celebrados entre empregados comerciais e empregadores, integrantes das respectivas categorias, na correspondente base territorial.

**13 - ESTABILIDADE DO FUTURO COMERCÍARIO APOSENTADO:** Fica assegurado o emprego aos comerciais em vias de aposentadoria por tempo de contribuição, em seus prazos mínimos, no período anterior à implementação das condições previstas no art. 188 do Decreto n.º 3.048/99 (redação dada pelo Decreto n.º 4.729/2013) garantia como segue:

TEMPO DE TRABALHO NA MESMA EMPRESA	ESTABILIDADE
20 anos ou mais	02 anos
10 anos ou mais	01 ano
05 anos ou mais	06 meses

**Parágrafo 1º**- Para a concessão das garantias acima, o (a) comercial (a) deverá apresentar extrato fornecido pelo INSS, nos termos do art. 130 do Decreto nº 6.722/08, que ateste, o período faltante para implementação do direito ao benefício. A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação dos comprovantes pelo comercial, limitada ao tempo que faltar para aposentar-se.





**FECOMERCIÁRIOS**

Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



**Parágrafo 2º**- A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, podendo a obrigação ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não cumprido ou não implementado da garantia, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

**Parágrafo 3º** - O comerciário (a) que deixar de pleitear a aposentadoria na data em que ela fizer jus, perderá a garantia de emprego e/ou indenização correspondente previstas no parágrafo anterior.

**Parágrafo 4º** - Na hipótese de legislação superveniente que vier alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula ficará sem efeito.

**14 - ESTABILIDADE DA COMERCIÁRIA GESTANTE:** Fica assegurada estabilidade provisória à comerciária gestante, desde a confirmação da gravidez até 50 (cinquenta) dias após o término da licença maternidade.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de dispensa sem justa causa, a comerciária deverá apresentar à empresa atestado médico comprobatório da gravidez anterior ao aviso prévio, dentro de 60 (sessenta) dias após a data do recebimento do aviso, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.

**15 - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO COMERCIÁRIO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA:** Ao comerciário afastado por motivo de doença, fica concedida, nas licenças acima de 15 (quinze) dias, a partir da alta previdenciária, garantia de emprego ou salário por período igual ao do afastamento até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

**16 - DECLARAÇÕES E/OU ATESTADOS MÉDICOS E/OU ODONTOLÓGICOS:** Serão reconhecidos as declarações, e/ou atestados médicos, e/ou odontológicos firmados por profissionais habilitados junto ao sindicato representativo da categoria, desde que mencionado o objeto do atendimento (CID - Código Internacional de Doenças), e desde que este mantenha convênio com órgão oficial competente da Previdência Social, serão reconhecidos também, as declarações e/ou atestados médicos e/ou odontológicos dos órgãos da saúde federal, estadual ou municipal, prevalecendo sempre, a ordem de prioridade prevista no parágrafo 1º do art. 75 do Decreto nº 3.048/99.

**17 - ABONO DE FALTA À MÃE OU PAI COMERCIÁRIO (A):** O comerciário (a) que deixar de comparecer ao serviço para acompanhamento em consultas médicas de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou inválidos ou incapazes, no limite de uma por mês, e em casos de internações, devidamente comprovadas nos termos até o limite máximo de 15 (quinze) dias.

**18 - ABONO DE FALTA AO COMERCIÁRIO ESTUDANTE:** O comerciário estudante que deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais que coincidam com o horário de trabalho ou, no caso de vestibular, este limitado a um por ano, terá suas faltas abonadas desde que, em ambas as hipóteses, haja comunicação prévia às empresas com antecedência de 5 (cinco) dias e com comprovação posterior.



**19 - ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAR SERVIÇO MILITAR:** Fica assegurada estabilidade provisória ao comerciário em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir do alistamento compulsório, desde que realizado no primeiro semestre em que o empregado complete 18 anos, até 30 (trinta) dias após o término do mesmo ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

**Parágrafo único-** Estão excluídos da hipótese prevista no *caput* desta cláusula, os refratários, omissos, desertores e facultativos.

**20 - AVISO PRÉVIO:** Seguirão os termos da Lei nº 12.506 de 11 de outubro de 2011.

**21 - VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO:** Durante o prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por excedentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

**22 - INÍCIO DAS FÉRIAS:** O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados. Ao comerciário cujo contrato de trabalho venha a ser rescindido por iniciativa do empregador, sem justa causa, no prazo de 30 (trinta) dias após o retorno das férias, será paga uma indenização adicional no valor de 50% (cinquenta por cento) da sua última remuneração mensal.

**Parágrafo único:** A indenização prevista nesta cláusula será paga sem prejuízo das demais verbas rescisórias não podendo ser substituído pelo aviso prévio trabalhado ou indenizado.

**23 - COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM ÉPOCA DO CASAMENTO:** Fica facultado ao comerciário gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade a não coincidência com o mês de pico de vendas da empresa, por ela estabelecido e comunicado com 60 (sessenta) dias de antecedência.

**24 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES:** Quando o uso de uniformes, equipamento de segurança, macacões especiais, for exigido pelas empresas ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos comerciários, salvo injustificado extravio ou mau uso.

**25 - CONTA SALÁRIO:** As empresas se comprometem a viabilizarem a abertura de conta salário para seus comerciários ou farão o pagamento através de cheque nominal ao empregado no valor correspondente ao recibo de salário.

**Parágrafo único:** Quando o empregador efetuar o pagamento dos salários por meio de cheques, deverá conceder ao comerciário, no curso da jornada e no horário bancário o tempo necessário ao desconto do cheque, que não poderá exceder de 30 (trinta) minutos.

**26 - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS DOS SALÁRIOS:** As empresas ficam obrigadas a fornecer comprovantes de pagamento dos salários e respectivos depósitos do FGTS, com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados contendo sua identificação e a do empregado.



**27 - FALECIMENTO DE SOGRO, SOGRA, GENRO OU NORA:** No caso de falecimento de seu sogro ou sogra, genro ou nora, o comerciante poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.

**28 - CHEQUES DEVOLVIDOS:** É vedado às empresas descontar do comerciante as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido as normas pertinentes ou ocorrer a devolução das mercadorias, aceita pela empresa.

**29 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA:** Fica vedada a celebração do contrato de experiência quando o comerciante for readmitido para o exercício da mesma função na empresa.

**30 - DIA DO COMERCIÁRIO:** Em homenagem ao dia 30 de Outubro, Dia do Comerciante, será concedida ao comerciante uma gratificação correspondente a 1 (um) ou 2 (dois) dias da sua respectiva remuneração mensal auferida em Outubro/2019, que será paga juntamente com esta, conforme proporção abaixo:

- a) até 90 (noventa) dias de contrato de trabalho na empresa, o comerciante não faz jus ao benefício;
- b) de 91 (noventa e um) dias até 180 (cento e oitenta) dias de contrato de trabalho na empresa, comerciante fará jus a 1 (um) dia;
- c) de 181 (cento e oitenta e um) dias de contrato de trabalho na empresa, o comerciante fará jus a 2 (dois) dias.

**Parágrafo Único** - A gratificação prevista no *caput* deste artigo fica garantida aos comerciantes em gozo de férias e às empregadas em gozo de licença maternidade.

**31 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA:** A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao comerciante que for indiciado em inquérito criminal ou responder à ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa.

**32 - DOCUMENTOS – RECEBIMENTO PELA EMPRESA:** A Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como as certidões de nascimento, de casamento e atestados serão recebidos pela empresa, contra-recibo, em nome do comerciante.

**33 - DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL:** As empresas ficam obrigadas a fornecer refeição e transporte aos comerciantes que forem chamados para homologação da rescisão contratual fora da cidade onde prestavam seus serviços.

**34 - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO:** Fica obrigatória, em qualquer hipótese, a homologação junto ao sindicato da categoria profissional, de todas as rescisões de contrato de trabalho a partir de 1 (um) ano de duração. O ato de assistência na rescisão contratual será sem ônus para o comerciante e empregador, obedecidos ao dia e hora designados pelo sindicato profissional para a realização do ato.



**Parágrafo único:** Fica obrigada as empresas a agendarem a homologação do TRCT no prazo máximo de 30 dias após o desligamento do empregado da empresa.

**35 - REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS:** As horas extraordinárias diárias serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento), incidindo o percentual sobre o valor da hora normal.

**36 - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE):** As empresas concederão, quando solicitadas expressamente pelo comerciante, um adiantamento salarial de até 30% (trinta por cento) do valor do salário mensal.

**37 - DATAS ESPECIAIS: TRABALHO NOS FERIADOS:** As empresas do Comércio de Gêneros Alimentícios seguirão os termos da Lei nº 11.603/07, em seu art. 6º letra "a" que permite o trabalho dos comerciantes em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que observando-se a legislação Municipal e os termos do artigo 30, inciso 1º da Constituição Federal, e autorizado em Convenção Coletiva de Trabalho nos termos da tabela abaixo. **Para obter a autorização, necessário se faz a apresentação, pela empresa, do Certificado de Adesão ao REPIS, sendo a empresa MEI, ME ou EPP ou o Certificado de Adesão ao Regime Especial de Trabalho em Feriados e Datas Especiais para as demais empresas, ambos fornecidos pelos sindicatos signatários:**

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	01-FECHADO	XXX	29 - 8H/19H	10 - FECHADO 21- 8H/13H	01 - FECHADO	11 - 8H/13H	09- 8H/13H	15 - 8H/19H	07- 8H/13H	12 - 8H/13H	02 - 8H/13H 15 - 8H/13H	25 - FECHA
MOÇOCA	01-FECHADO 06- 8H/13H 20 - 8H/13H	XXX	XXX	05 - 8H/13H 10 - FECHADO 21- 8H/13H	01 - FECHADO	11 - 8H/13H	09- 8H/13H	XXX	07- 8H/13H	12 - 8H/13H	02 - 8H/13H 15 - 8H/13H 20- 8H/19H	25 - FECHA
CASA BRANCA	1-FECHADO	XXX	XXX	10 - FECHADO 21- 8H/13H	01 - FECHADO	11 - 8H/13H	09- 8H/13H	XXX	07- 8H/13H 15 - 8H/19H	12 - 8H/13H 25 - 8H/19H	02 - 8H/13H 15 - 8H/13H 20- 8H/19H	25 - FECHA
DI. INOLÂNDIA	1-FECHADO	XXX	XXX	10 - FECHADO 21- 8H/13H	01 - FECHADO	11-8H/13H	09- 8H/13H	XXX	07- 8H/13H	12 - 8H/13H	02 - 8H/13H 15 - 8H/13H	08 - 8H/15 25 - FECHA 30 - 8H/15
CACONDE	1-FECHADO	XXX	XXX	10 - FECHADO 21- 8H/13H 27- 8H/19H	01 - FECHADO	11 - 8H/13H	09- 8H/13H	XXX	07- 8H/13H	12 - 8H/13H	02 - 8H/13H 15 - 8H/13H	08 - 8H/15 25 - FECHA
TAPIRATIBA	1-FECHADO	XXX	XXX	10 - FECHADO 21- 8H/13H	01 - FECHADO	11 - 8H/13H	09- 8H/13H	XXX	07- 8H/13H	12 - 8H/13H	02 - 8H/13H 15 - 8H/13H	25 - FECHA 27- 8H/15
SÃO SEBASTIÃO GRAMA	1-FECHADO 20 - 8H/19H	XXX	XXX	10 - FECHADO 21-8H/13H	01 - FECHADO	11 - 8H/13H	09- 8H/13H	XXX	07- 8H/13H	12 - 8H/13H	02 - 8H/13H 04- 8H/19H 15 - 8H/13H	25 - FECHA





**FECOMERCIÁRIOS**  
Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo



ITÔBI	1-FECHADO	XXX	XXX	10 - FECHADO	01 - FECHADO	11 - 8H/13H	09 - 8H/13H	27 - 8H/19H	07 - 8H/13H	12 - 8H/13H	20 - 8H/19H	25 - FECHA
		18 - 8H/19H		21 - 8H/13H					15 - 8H/19H		02 - 8H/13H	

**Parágrafo 1º** - Será concedido aos comerciários que trabalharem em dias de feriados 100% (cem por cento) de acréscimo sobre a hora normal, vedada a compensação.

**Parágrafo 2º** - O Trabalho dos comerciários será proibido nos dias: 01 de janeiro, 01 de maio, sexta-feira santa e 25 de dezembro.

**Parágrafo 3º** - Nos feriados que os horários de trabalho dos comerciários forem das 08h às 13h, os estabelecimentos fecharão as portas as 13h00min em ponto, permanecendo os 60min seguintes com portas fechadas para o fechamento operacional.

**Parágrafo 4º** - Nos feriados municipais, bem como nos feriados que caírem às sextas-feiras e sábados, o horário de trabalho será das 8h às 19h, concedendo aos comerciários que laborarem neste dia 100% de acréscimo sobre a hora normal.

**Parágrafo 5º** - Os comerciários que exercem a função de repositores de produtos e quaisquer funções relacionadas à limpeza, trabalharão nos feriados que aludem os § 3º e §4º, no horário compreendido das 14h às 19h ou das 19h às 24h, e receberão todos os acréscimos e direitos presente nesta convenção.

**38- CERTIFICADO PARA TRABALHO DO COMERCÍARIOS EM DATAS ESPECIAIS:** para que as empresas possam utilizar do Calendário de Feriados, Datas Especiais, especificado na cláusula 37 da CCT 2019/2020, se faz necessários **CERTIDÃO** que será emitida pelo SINCOVAGA, após declaração emitida pelo Sincomerciários, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

**Parágrafo 1º**- Compromisso e comprovação do cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho;

**Parágrafo 2º**- As empresas poderão, durante a vigência da presente Convenção, aderir ou renovar a CERTIDÃO.

**Parágrafo 3º** - Em atos homologatórios de rescisão de contrato de trabalho, deverá ser apresentada a **CERTIDÃO** ao Sindicato do Comércio e Comerciários, a Justiça Federal do Trabalho, para comprovação do enquadramento da cláusula 37 da CCT 2019/2020.

**Parágrafo 4º** - A falsidade de declaração, uma vez constatada, ocasionará o desenquadramento da empresa, sendo proibido o trabalho dos comerciários em datas especiais e feriados. Ainda fica estipulada uma multa no valor de R\$ 209,00 (duzentos e nove reais) para as empresas MEI, ME e EPP e o valor de R\$ 313,00 (trezentos e treze reais) para as demais empresas. Referida multa deverá ser paga na sede do Sincomerciários, mediante recibo de pagamento devidamente assinado pela presidente do Sincomercários, sendo que o valor total será dividido entre os Sindicatos da categoria profissional e econômica.

**Parágrafo 5º** - Atendidos todos os requisitos, as empresas receberão da entidade sindical patronal, com validade coincidente com a presente norma coletiva, **CERTIDÃO PARA TRABALHO DO COMERCÍARIOS EM DATAS ESPECIAIS E FERIADOS**.



**39 - TRABALHOS AOS DOMINGOS:** Para as empresas do comércio de **gêneros alimentícios**, o horário de trabalho dos comerciários será das 08h00min às 13h00min, sendo até as 13h00min com portas abertas e os 60min seguintes com portas fechadas, concedendo aos comerciários que laborarem nesses dias uma folga compensatória na semana anterior ao trabalho.

**Parágrafo 1º** - As empresas se assim desejarem, poderão estender a jornada de trabalho até as 18h00min, observada jornada diária permitida pela legislação vigente, através da obtenção de **CERTIDÃO**.

**Parágrafo 2º:** A **CERTIDÃO** deve ser requerida junto ao SINCOVAGA, que após declaração emitida pelo SINCOMERCIÁRIOS quanto ao cumprimento integral da Convenção Coletiva, será disponibilizada no site [www.sincovaga.com.br](http://www.sincovaga.com.br)

**Parágrafo 3º** - A **CERTIDÃO** será expedida sem ônus para as empresas que quitarem as Contribuições Patronais e Laborais previstas na Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo 4º** - Além de **CERTIDÃO** autorizando ampliação da jornada aos domingos até 18h00min, as empresas deverão pagar aos empregados que laborarem até as 18h00min, o valor de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** a título de indenização, a ser quitado juntamente com o salário do respectivo mês.

**Parágrafo 5º** - A ausência da **CERTIDÃO** torna irregular o labor em domingos até 18h00min e implica na cominação à empresa de multa de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**, por empregado por domingo trabalhado.

**40 - CONTROLE ELETRÔNICO ALTERNATIVO DE JORNADA DE TRABALHO:** Ficam as empresas autorizadas a adotar sistemas eletrônicos alternativos de controle de jornada de trabalho, conforme previsão da Portaria nº 373 de julho de 2011 do MTE e demais legislações reguladoras da matéria.

**41 - AUXÍLIO FÚNERAL:** Na ocorrência de falecimento do comerciário, as empresas indenizarão o beneficiário com valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do salário normativo de comerciário, previsto na cláusula 4 e 5, visando auxiliar nas despesas do funeral.

**Parágrafo único:** As empresas que tenham seguro para a cobertura de despesas com funeral em condições mais benéficas ficam dispensadas da concessão do pagamento do benefício previsto no *caput* desta cláusula.

**42 - FIXAÇÃO DE OUTRAS VANTAGENS:** Fica convencionado que, durante a vigência da presente Convenção, poderão ser negociadas e fixadas outras vantagens de natureza econômica e social nela não previstas.

**43- ACORDOS COLETIVOS:** As entidades convenientes, objetivando o aprimoramento das relações trabalhistas e a solução de problemas envolvendo seus representados, obrigam-se a negociação e a celebração conjunta, sob pena de ineficácia e invalidade de termos de compromisso, ajuste de conduta ou acordos coletivos envolvendo quaisquer empresas, associadas ou não, que integram a respectiva categoria econômica.



Rio Pardo implicará na nulidade do acordo unilateralmente realizado, para todos os efeitos legais.

**44 - DIRIGENTES SINDICAIS/ FALTAS JUSTIFICADAS:** Os comerciários membros diretores da entidade sindical suscitante poderão faltar até 05 (cinco) dias por ano, com exceção do delegado federativo que poderá faltar até 8 (oito) dias por ano sem prejuízo da remuneração ou das férias, para participação em assembleias, congressos, reuniões, seminários e outros eventos que envolvam interesse dos trabalhadores, desde que não haja ausência de mais de um dirigente simultaneamente por estabelecimento.

**45 - CÂMARAS INTERSINDICAIS DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO COMÉRCIO CINTEC's:** Qualquer demanda de natureza trabalhista de comerciários e empregadores das categorias profissional e econômica do comércio, serão submetidas, obrigatoriamente, ao exame das Comissões de Conciliação Prévia ou Câmara Arbitral Credenciada se, na localidade da prestação de serviços, a mesma houver ou vier ser instituída, conforme disposto da lei nº 9.958/00 e nesta Convenção.

**46- GRUPO ECONÔMICO – CARACTERIZAÇÃO:** A caracterização de grupo econômico, para efeitos de reconhecimento de vínculo empregatício e de responsabilidades decorrentes das relações de trabalho, inclusive para aplicação dos dispositivos desta norma, não depende da mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes, nos termos do disposto no § 3º, art. 2º, da CLT.


**47 - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA, OU REVOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL:** Nos casos de prorrogação, revisão, denúncia, ou revogação total ou parcial desta convenção, será observada as disposições constantes do art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

**48 - FORO COMPETENTE:** As divergências decorrentes da aplicação dos dispositivos contidos neste instrumento serão dirimidas, via conciliação ou julgamento, pela Justiça do Trabalho.

**49 - VIGÊNCIA:** A presente Convenção terá vigência no período de 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020, exceto as cláusulas 37 e 38 que tem vigência até 31 dezembro de 2020.

São José do Rio Pardo, 11 de março de 2020.

Sindicato dos Empregados no Comércio de  
São José do Rio Pardo  
Federação Dos Empregados No Comércio Do  
Estado De São Paulo - Fecomerciarrios

  
Luiz Carlos Motta  
Presidente

SINCOVAGA- Sind. Do Com.Var. De Gen.Alim.  
De Mercados Arm. Merc. Emp. Mercadinho,  
Quit. Frut. Sac. Lat. Minimercados,  
Supermercados, Hipermercados

  
Alvaro Luiz Bruzadin Furtado  
Presidente